

---

## O papel hegemônico da mídia na criação de consensos: o silenciamento quilombola como marcador de racismo no jornalismo<sup>1</sup>

Nathália Esteves da Silva Gomes<sup>2</sup>

Rafael Bellan Rodrigues de Souza<sup>3</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ES

### Resumo

Este artigo investiga o silenciamento das vozes negras no jornal A Tribuna (ES), a partir da análise das fontes que são eleitas pelos repórteres acerca do tema conflitos agrários entre comunidades quilombolas e o agronegócio do eucalipto. Tendo como suporte teórico-metodológico os estudos de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), foi possível constatar, a partir dos textos analisados, que o jornalismo participa da sustentação e reprodução do racismo estrutural, quando produz narrativas que privilegia a presença hegemônica de fontes brancas e discrimina, silencia e subalterniza as falas de negros.

### Palavras-chave

Jornalismo; Fontes jornalísticas; Silenciamento; Racismo; Quilombolas.

### INTRODUÇÃO

O assassinato de George Floyd, um homem negro de 40 anos que foi asfixiado por policiais brancos nos Estados, depois de já estar imobilizado, gerou uma onda de protestos e manifestações antirracistas pelo mundo. No Brasil, o movimento com a *hashtag* *#BlackLivesMatter* (Vidas Negras Importam) tomou conta das redes sociais, engajando celebridades brancas que cederam seus perfis, com milhares de seguidores no *Instagram*, para que pessoas negras compartilhassem seus trabalhos. O objetivo, segundo uma matéria publicada no portal GShow<sup>4</sup>, era “dar voz a ativistas negros”.

O movimento, de destacada repercussão, contou com a participação de famosos (Paulo Gustavo, Tatá Werneck, Ingrid Guimarães, etc.) que durante semanas tiveram seus

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, pesquisadora e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: nesjornalismo@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação em Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: Rafaelbellan@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Além da *hashtag*: Famosos cedem suas redes para ativistas negros. Disponível em: <https://gshow.globo.com/Famosos/noticia/mais-que-a-hashtag-famosos-cedem-suas-redes-para-ativistas-negros.ghtml>. Acesso em: 30/09/20.

---

perfis “ocupados” por ativistas negros como a filósofa Djamila Ribeiro, os influenciadores digitais Spartakus e Ad Júnior e a cantora Linn da Quebrada, etc.

Percebe-se, no entanto, que o silenciamento e a invisibilidade de pessoas negras, ou seja, a “falta” de voz desses sujeitos, não é uma prática restrita ao universo das redes sociais digitais e nem destes tempos. Na grande mídia<sup>5</sup>, o ato de emudecer sujeitos negros e condicioná-los à subalternidade tem sido objeto de investigação de numerosos estudiosos (DIJK, 2018; SODRÉ, 2015; HALL, 2016; CARRANÇA, 2004; BORGES, 2012) que há anos empenham esforços para pensar criticamente e ampliar a discussão em torno do eixo mídia e racismo.

Esforço que também será empreendido neste trabalho, baseado na dissertação de mestrado da autora defendida em 2020, que se propõe a pensar o papel da mídia, mais especificamente do jornalismo impresso, no projeto histórico e hegemônico de silenciamento da população negra.

Como objeto de investigação iremos analisar quatro notícias produzidas pelo jornal capixaba A Tribuna, sobre conflitos agrários entre os povos quilombolas e o agronegócio do eucalipto, na temporalidade de 2009, com a intenção de identificar quem são as fontes eleitas pelo periódico para abordar o tema. Nossa hipótese é de que há um silenciamento, por parte do jornal, dos sujeitos quilombolas (descendentes de escravizados), que se reflete em um marcador velado de racismo do veículo.

Antes, porém, precisamos apresentar o veículo. Líder em audiência no Espírito Santo, o jornal A Tribuna é o único jornal impresso diário comercializado na Grande Vitória e em cidades do interior, atualmente. Fundado em 1938, em Vitória/ES, o jornal também circula em cidades do norte do Rio de Janeiro, sul da Bahia, leste de Minas Gerais e em Brasília e opta por trazer em suas capas assuntos ligados a crimes, violência e de utilidade pública, como concursos etc.

O ferramental teórico-metodológico utilizado para a investigação será a Análise de Conteúdo Jornalístico de Laurence Bardin (1977). Para compreender a ideia de silenciamento e subalternidade, seguiremos os passos e os conceitos utilizados por Kilomba (2019) e Spivak (2010).

---

<sup>5</sup> Nas últimas décadas do século XX, o chamado processo de globalização, favorecido pelo desenvolvimento exponencial das novas tecnologias da informação, conduziria à constituição dos grandes conglomerados de comunicação, nos quais o jornalismo é apenas mais um dos múltiplos ramos de um negócio que envolve entretenimento, propaganda, telefonia e tantos quantos forem os campos do que se convencionou chamar de “mídia” (MORETZSOHN, 2007, p. 117).

## O SILENCIAMENTO COMO FORMA DE RACISMO

O silenciamento observado nos veículos de comunicação contemporâneos (seja na internet, seja nos veículos de mídias tradicionais), possui raízes profundas, fincadas no solo do Brasil colônia, cuja mão de obra era escrava. Vamos buscar em Kilomba (2019) a história de instrumento utilizado pelos colonizadores europeus nos negros escravizados, por mais de mais de 300 anos: a máscara do silenciamento.

Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do *sujeito negro*, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores *brancos* para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e tortura (KILOMBA, 2019, p. 33, grifos da autora).

Na figura a seguir, um retrato da escravizada Anastácia com a máscara do silenciamento. De autoria do francês Jacques Arago, o desenho foi produzido durante uma expedição científica pelo Brasil, entre dezembro de 1817 e 1818 (KILOMBA, 2019).

**Figura 1:** Retrato da escrava Anastácia



**Fonte:** Kilomba, 2019, p. 35.

A máscara representa com fidelidade o que foi o projeto de colonialismo europeu, por ser um símbolo sádico da conquista, brutalidade e dominação dos colonizadores para com os colonizados, como forma de silenciá-los. “Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?”, questiona (KILOMBA, 2019, p. 33). Anastácia foi obrigada a usar a máscara como forma de castigo pelo seu ativismo político no auxílio em fugas de outros escravizados.

---

Kilomba discorre sobre a importância da boca no âmbito do racismo, por ser o órgão que representa a fala e a enunciação, logo, objeto de opressão por excelência para os brancos. A autora tensiona sobre o medo deles (brancos), do que os sujeitos negros poderiam dizer. “O que o sujeito branco teria medo de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir” (2019, p. 41).

Surge, então, a necessidade de definir quem está apto, quem tem condições e preparo para falar, evitando, com isso, que verdades que têm sido negadas e reprimidas, como a escravização, o colonialismo e o racismo continuem mantidas em segredo. “A máscara vedando a boca do *sujeito negro* impede-a/o de revelar tais verdades, das quais o senhor *branco* quer “se desviar”, “manter à distância” nas margens, invisíveis e “quietas” (KILOMBA, 2019, p. 41).

Spivak (2010) também teoriza sobre o ato de silenciar, quando reflete sobre a imolação de viúvas na Índia, que eram queimadas nas piras funerárias de seus maridos recém-falecidos, afirmando que estas mulheres não eram vistas enquanto sujeitos, simbolizando a sua condição de subalterna. “Pode o subalterno falar?”, questionou.

Sujeitos subalternos são todos aqueles cuja voz não transita entre locutor e interlocutor, impossibilitando qualquer tipo de relação dialógica. Os subalternos pertencem “[...] às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p. 13-14).

## **O PROTAGONISMO IDEOLÓGICO DA MÍDIA**

Gramsci (2000) já apontava a mídia como um dos polos construtores de hegemonia que, na sua definição, é a dominação cultural e político-ideológica de uma classe sobre as outras, a partir da conquista do consenso. Para além de congregar as bases econômicas, a hegemonia se dá a partir de embates, percepções, juízos de valor e princípios dos sujeitos políticos, revelando a importância da ação humana na transformação da realidade.

E a mídia, utilizando critérios de agendamento de temas, se encarrega de regular a opinião pública, definindo quais assuntos terão ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção no cotidiano social.

O protagonismo da mídia na formação de concepções de mundo, sentidos e expressões, visões políticas e rearticulações culturais, colocam-na em destaque

---

frente o seu papel enquanto “aparelho privado de hegemonia”, ou seja, participa ativamente na construção de realidades que rearticulam/ transmitem/ elaboram um conjunto de referências ligadas a uma direção moral e intelectual da sociedade, ou seja, hegemonia (SOUZA, 2016, p. 16).

E a hegemonia é justamente isso, a capacidade de unificar com a ideologia um bloco social que não é homogêneo, mas recheado de contradições de classe.

### **As fontes de notícia no jornalismo**

O jornalismo necessita de fontes para existir. Charaudeau (2015) foi categórico ao afirmar que a “a instância midiática não pode, evidentemente, inventar notícias. Ela deve utilizar fontes [...]” (p.147). Para que um assunto vire notícia, o jornalista precisará recorrer a pessoas, organizações, grupos sociais ou referências que estejam envolvidas direta ou indiretamente ao fato/evento e que possam repassar-lhes as informações que, posteriormente, serão transmitidas ao público, por meio da mídia (SCHMITZ, 2011).

Caberá aos repórteres a tarefa de fazer a mediação entre as fontes e o público, selecionando, questionando e apurando, por meio de depoimentos, coletas, dados e informações que após processados, vão se transformar em notícias (LAGE, 2012).

Ao analisar as rotinas da comunicação, Shoemaker (2011) tece críticas à dependência do jornalismo a canais e fontes oficiais. “Os repórteres, por exemplo, normalmente coletam notícias a partir de materiais oficiais procedentes do governo, *releases* de notícias, coletivas de imprensa e eventos não espontâneos [...]” (p.80). A autora reconhece a importância do processo de identificação e seleção das fontes como parte relevante do processo de *gatekeeping*, mas alerta que os interesses velados das fontes irão afetar aquilo que será disponibilizado aos jornalistas. E que o poderio econômico e político será um definidor das fontes com maior acesso e com mais possibilidade de inserir suas mensagens na mídia (SHOEMAKER, 2011, p.123).

Lage (2012) se encarregou de classificar as fontes e as tipificou em: oficiais, oficiosas e independentes, primárias e secundárias e as testemunhas e experts. Para o autor “[...] as fontes podem ser mais ou menos confiáveis (confiança, como se sabe, é coisa que se conquista), pessoais, institucionais ou documentais” (p. 12). De posse das informações, seguimos para a classificação. O quadro abaixo apresenta as fontes eleitas por A Tribuna.

**Tabela 1** - Fontes utilizadas nas matérias sobre conflitos em terras quilombolas

| TÍTULO   | FONTES  | CLASSIFICAÇÃO      |
|--|---|--------------------|
| Terras vão ser dadas a quilombolas no Norte          | INCRA e Secretário de Agricultura de São Mateus (Elizeu Bonomo) | Oficial            |
| PM prende 30 por roubo de madeira no norte do Estado | Polícia Militar (Major Marcos Assis Batista)                    | Oficial            |
| Paz no campo ameaçada                                | Dep. Estaduais Paulo Roberto-PMN e Eustáquio Freitas-PTB        | Oficial            |
| Encapuzados roubam madeira no Norte                  | Polícia Militar e funcionário da Fibria (Jorge Alfredo Panceri) | Oficial e oficiosa |

**Fonte:** elaborada pela autora partir de dados recolhidos em A Tribuna.

## AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O AGRONEGÓCIO

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão de pessoas negras e é considerado, em todo continente americano, a nação que mais recebeu africanos escravizados. O sistema colonial trouxe forçosamente milhares de homens, mulheres, velhos e crianças sequestrados, não apenas de sua terra, mas de suas vidas, para servir de base econômica para a colônia portuguesa, na lida com a terra e a agricultura.

A formação das comunidades quilombolas no Brasil se deu logo após o início do tráfico de africanos para a colônia portuguesa. Moura (1987) relata que os escravizados fugidos buscavam nos quilombos um lugar de proteção, segurança, igualdade de condições, liberdade e acesso à terra, com fortes referências das comunidades existentes na África e influências marcantes dos povos indígenas. Nos dias atuais, o termo quilombo foi ressignificado e tem como origem o campesinato negro, sem perder a sua característica de resistência.

Historicamente, a formação dos quilombos do grande território do Sapê do Norte data do século XIX. Localizado no extremo norte do Espírito Santo, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, é composto por 32 comunidades, sendo 28 já certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>6</sup>.

Sua população é composta por afrodescendentes, remanescentes de quilombos, organizados em sítios familiares rurais que mantêm entre si laços de parentesco, religiosidade, festividade, solidariedade e outras práticas, que remontam a uma história comum, cuja memória alcança os tempos de cativeiro dos seus antepassados (FERREIRA, 2009).

<sup>6</sup> Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS) atualizada até a portaria nº- 104/2016, Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>. Acesso em: 21/06/2019.

## A chegada do agronegócio

O termo agronegócio é uma referência ao *agribusiness* e surgiu pela primeira vez na década de 1950, nos Estados Unidos da América, para designar as relações econômicas entre o setor agropecuário, a indústria, o comércio e o setor de serviços. Originário das áreas de administração e marketing, ele se consolidou ao longo dos anos graças, em boa medida, ao papel da mídia.

Embora para a maioria da sociedade brasileira o agronegócio apareça como um fenômeno novo, ele possui raízes desde o sistema *plantation* que predominou na agricultura no período Brasil-colônia e mais recentemente, durante o período da “modernização conservadora” dos anos 1960/1970 (CHÃ, 2016).

É justamente esse cenário que reflete, nos dias atuais, a região Norte do Espírito Santo com a monocultura do eucalipto. A presença da multinacional Suzano, que chegou como o nome de Aracruz Celulose na década de 1960, quando ainda era uma empresa de capital nacional, faz parte do projeto de modernização da agricultura brasileira, do Governo Militar.

Graziano da Silva (apud FERREIRA, 2002) lembra que foi nesta época que teve início o período de expropriação das terras quilombolas para a implantação de extensos monocultivos de eucalipto.

## METODOLOGIA

Para investigação das matérias coletadas, o método escolhido foi a Análise de Conteúdo, em função da complexidade e também da diversidade de possibilidades sobre o instrumental para “reduzir possíveis discordâncias entre leituras preferenciais (dominantes) e secundárias” (ROTHBERG, 2007, s/p).

A metodologia desenvolvida por Bardin (1977) é uma técnica de análise que une o contexto direto prolongado da investigação com o objeto pesquisado. A autora organiza a análise de conteúdo em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (p. 95). Pressupõe uma leitura crítica do significado das mensagens, tanto do conteúdo expresso, quanto do que está velado (BONONE, 2016, p. 82).

## ANÁLISE DOS DADOS

Em todas as quatro matérias publicadas em A Tribuna sobre os conflitos, o jornal recorreu a fontes oficiais. Em apenas uma ocorrência, o veículo deu voz a uma fonte oficiosa, no caso o funcionário da Suzano/Fibria.

Em nenhuma das notícias, os quilombolas ou qualquer representante por eles indicados foi ouvido ou, pelo menos, citado nos textos. Do modo como os textos são construídos, como veremos a seguir, esses povos são silenciados, subalternizados e invisibilizados.

**Figura 2 - Frame texto “Terras vão ser dadas a quilombolas”**



**Fonte:** A Tribuna, 07 de novembro de 2009.

O discurso construído por A Tribuna nesta matéria (não está assinada), de que as terras serão “dadas” aos povos quilombolas entrega uma mensagem muito diferente da realidade, ao desconsiderar, novamente, o direito constitucional desses povos.

Oliveira (2005), ao falar do processo de titulação dos territórios quilombolas, lembra que este representa uma ameaça aos grupos hegemônicos, que se perpetuam na exploração do território.

Após a abertura dos processos de regularização dos territórios dos quilombos, os conflitos e embates acerca do que vem a ser o direito territorial assegurado a essas comunidades têm se acirrado e envolvido conflitos diferenciados com diversos atores sociais no Espírito Santo, entre os quais podemos destacar: 1) grandes e médios proprietários de terras; 2) grandes empreendimentos da monocultura de eucalipto e da cana-de-açúcar; 3) agentes de administrações públicas municipais, estadual e federal, que têm seus interesses implicados na efetivação ou não dos direitos dessas comunidades (p. 154).

A única fonte ouvida por A Tribuna para esta notícia foi o Secretário de Agricultura do município de São Mateus, à época, Elizeu Bonomo. Não há qualquer fala de líderes quilombolas, nem tampouco qualquer explicação sobre o processo de titulação dos territórios. Uma evidência de que, apesar do jornal está pautando o tema conflitos agrários e a temática quilombola, suas narrativas trabalham para a manutenção do *status quo* étnico (DIJK, 2018), relegando aos negros o papel de subserviência e a elite rural branca, como uma representantação moderno do antigo colonialismo.

**Figura 3 - Frame texto “PM prende 30 por roubo de madeira no Norte”**



**Fonte:** A Tribuna, 12 de novembro de 2009.

Em nota publicada no 12 de novembro de 2009, na Editoria de Polícia, o jornal fez uma cobertura rasa de uma ação da Polícia Militar que foi considerada arbitrária pelo Ministério Público Federal (MPF) e rendeu duas ações contra o Estado do Espírito Santo, sendo uma por danos morais coletivos e outra por danos morais individuais.

Logo no título o veículo lança a informação de que 30 pessoas teriam sido presas por roubo de madeira na região Norte do estado. Toda construída em apenas dois parágrafos, logo no primeiro, os quilombolas são expostos e acusados de serem os responsáveis pelo crime.

A questão que mais nos chamou a atenção está lançada no segundo parágrafo, quando o texto afirma que a PM esteve no local (a comunidade quilombola) para cumprir nove mandados, mas efetuou mais de 30 prisões. A nota não traz qualquer informação que explique o motivo do número de pessoas presas (30) ser maior do que o número de mandados (nove). Por exemplo, se houve algum flagrante, desacatado às autoridades ou qualquer coisa do tipo, apesar de um representante da Polícia Militar ter sido ouvido como fonte para falar da operação.

Em nota publicada à época, a Procuradora da República informou que “houve desproporcionalidade do aparato policial para o cumprimento dos mandados de busca e apreensão com o claro intuito de amedrontar as comunidades quilombolas”.

O comunicado informa, ainda, que foram destacados cem policiais de tropas especiais de choque, da cavalaria, agentes da Polícia Ambiental, do grupo de apoio operacional da PM, além de cães e cavalos para o cumprimento dos nove mandados que. Ainda segundo o MPF, não houve registro de nenhuma prisão em flagrante e nem tampouco apreensão de madeira na comunidade quilombola. A única fonte ouvida pela reportagem foi um representante da PM, Major Marcos de Assis Batista que acusou os quilombolas de outros roubos na região.

**Figura 4 – Frame texto “Paz no campo ameaçada”**



**Fonte:** A Tribuna, 14 de novembro de 2009.

Ao analisar o conteúdo e o título do texto “Paz no campo ameaçada”, é possível perceber que a ênfase escolhida pelo jornal foi a de ruptura de uma ordem tida como legal, ou seja, o reconhecimento do Governo (aos territórios quilombolas), conforme previsto no Artigo 68<sup>7</sup> do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1988), e a posterior desapropriação dos atuais ocupantes (ordem legal), geraria um conflito que poderia acabar com a paz no campo. Ou seja, o texto da forma que foi construído envia para o leitor a mensagem implícita de que os quilombolas, que estão lutando por suas terras, seriam os responsáveis por acabar com a paz no campo.

Identifica-se ainda, que foram ouvidas três fontes, todas do Poder Legislativo: Paulo Roberto (PMN), Eustáquio de Freitas (PTB) e Atayde Armani (DEM) e nenhuma quilombola.

**Figura 5 - Frame texto “Encapuzados roubam madeira no Norte”**

<sup>7</sup> “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988\\_12.07.2016/art\\_68\\_.asp](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp).



Fonte: A Tribuna, 19 de novembro de 2009.

Sete dias após a primeira publicação feita por A Tribuna sobre a prisão de quilombolas no Norte do Espírito Santo, o tema voltou a ser pautado pelo periódico. Desta vez, com um destaque maior, o texto foi publicado em forma de notícia e trouxe até uma foto das toras de madeira de eucalipto que teriam sido abandonadas.

A notícia foi construída em forma de *suíte*<sup>8</sup>, rememorando e relacionando a notícia atual, com os fatos publicados na edição de 12 de novembro de 2009. A novidade desta vez, foi a presença explícita da multinacional Suzano/Fibría, na condição de vítima da situação. Apesar de ser uma das grandes interessadas nas terras quilombolas e de ocupar extensas áreas do território em disputa, a multinacional do eucalipto não é citada por A Tribuna na maioria das notícias sobre os conflitos agrários na região Norte.

Para essa narrativa, a ênfase dada foi a do medo e do clima de tensão instalado na região, em virtude das ações das comunidades quilombolas, segundo o jornal. A narrativa construída pelo repórter (a matéria não é assinada) narra os fatos a partir da perspectiva da “vítima” (a multinacional Suzano) e das fontes oficiais, neste caso a PM.

Após a determinação da pauta, os jornalistas saem a campo para cobrir os acontecimentos. [...] as fontes principais são novamente as oficiais, em alguns momentos intercalando-se com a voz da vítima e de seus familiares. Dificilmente vai existir uma outra fonte que fale de forma contrária, como por exemplo, o próprio sujeito rotulado como criminoso. “Em geral, o criminoso, pela sua conduta, é tido como ter sido privado, juntamente com outros direitos de cidadania, do seu ‘direito de resposta’ ate ter pagado a sua dívida para com a sociedade (BUDÓ, 2013, p. 102).

<sup>8</sup> Do francês suite, isto é, série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. Manual de Produção da Folha. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_producao\\_s.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_s.htm) Acesso em: 05/01/2020.

---

O uso excessivo de fontes institucionais em notícias sobre crimes, está diretamente relacionado ao projeto das elites hegemônicas de manutenção do *status quo* e de legitimação da violência do sistema penal, funcionando como um importante mecanismo de controle social.

## RESULTADOS

De Moraes e Fante (2017, p.8) acreditam que o processo de (in) visibilidade na mídia é ambivalente e pode até contribuir para a própria invisibilidade. No entendimento das autoras, ao mostrar certos grupos sociais apenas como casos de contra-modelos, possibilita que eles sejam vistos, mas de forma tão perversa, que não os fazem ser notados.

Para pensar a temática dos direitos e dos conflitos, aqui especialmente o direito à cidadania ambiental, é importante repensar de que forma se constitui a invisibilidade dos conflitos ambientais em relação ao que poderia ser entendido como compromisso essencial do jornalismo - a expressão da pluralidade, não restrita a fontes ouvidas, ou a fontes de financiamento, mas uma pluralidade a partir do conceito de “perspectivas”.

E é isso que o periódico faz quando agenda e pauta o tema mas, reiteradamente, associando a imagem dos quilombolas a enunciados de conflito e tensão, produzindo narrativas que promovem a avaliação moral de que os conflitos só existem por causa das comunidades negras e não porquê delas foi, historicamente, negado o direito de acesso à terras (AMORIM; TÁRREGA, 2019).

Se o racismo é amplamente aprendido pelo discurso dominante, e se tal discurso é amplamente acessível apenas pelas elites simbólicas, como políticos, jornalistas, escritores, professores e pesquisadores, todos de raça branca em sua maioria, devemos concluir que a forma contemporânea mais eminente de racismo são as elites simbólicas brancas (DIJK, 2018, p. 16).

O silenciamento das vozes negras produzido pelo jornal A Tribuna, particularmente, em notícias que abordam conflitos em territórios quilombolas, nos remete ao conceito de subalternidade produzido por Spivak (2010).

Ao retirar dos quilombolas toda e qualquer possibilidade de fala, a mídia corrobora com o chamado racismo estrutural brasileiro. Iraci e Sanematsu (2004) entendem que a mídia, como principal espaço de construção simbólica, promove a exclusão de certos segmentos sociais quando os invisibiliza, chegando a determinar uma nova forma de

---

exclusão social de “[...] negros, mulheres, indígenas, através ou da veiculação de imagens estereotipadas, folclorizadas, como também deturpadas em seus conteúdos, ou de invisibilização” (p. 135).

No jogo de poder e de processo de disputa política, as minorias (quilombolas) ficam enfraquecidas e em desvantagem, pois o discurso da grande imprensa exclui ou minimiza a visibilidade dos grupos étnicos minoritários, colaborando para o fortalecimento e a reprodução do racismo estrutural, quando: “[...] não prioriza questões de interesse dessas minorias ou vincula-as sistematicamente à falta de instrução, à pobreza, à violência, à perturbação da ordem etc.” (MARTINS, 2016, p. 30).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao citar os quilombolas em todas as matérias e nem sequer abrir espaço para eles em suas notícias, o jornal estaria, em nossa opinião, exercendo seu poder simbólico de exclusão, silenciamento e subalternização, bem como replicando padrões históricos de representação dos negros, datados do período colonial.

A despeito de algumas mudanças a respeito da imagem do negro, existe uma matriz que se replica, um padrão que define o lugar do negro no sistema de representação. Partimos do entendimento de que os sistemas se repetem, mas não em termos de conteúdo, mas de articulação (BORGES, 2012, p. 188).

Ao silenciar as versões dos povos quilombolas em suas coberturas jornalísticas, A Tribuna, para além das questões econômicas (CHARAUDEAU, 2015), coloca em prática, de forma elaborada, o que Almeida (2019) reconhece como racismo estrutural.

Ao fazer uma análise do racismo do ponto de vista econômico, Almeida apresenta uma síntese potente e reveladora das várias faces do racismo.

Com efeito, os indivíduos precisam ser formados, subjetivamente constituídos, para reproduzir em seus atos concretos as relações sociais, cuja forma básica é a troca mercantil. Nisso, resulta o fato de que um indivíduo precisa torna-se um trabalhador ou um capitalista, ou seja, precisa naturalizar a separação entre Estado e sociedade civil, sua condição social e seu pertencimento a determinada classe ou grupo. Esse processo, muitas vezes, passa pela incorporação de preconceitos e de discriminação que serão atualizados para funcionar como modelos de subjetivação no interior do capitalismo. Esse processo não é espontâneo; os sistemas de educação e os meios de comunicação de massa são aparelhos que produzem subjetividades culturalmente adaptadas em seu interior (ALMEIDA, 2019, p. 168-169).

---

A base constituinte da sociedade capitalista é a troca mercantil, e esta não se mostra um processo natural, mas sim uma construção histórica, que revela a dependência do sistema capitalista, para além das condições objetivas, de condições subjetivas para se alicerçar (ALMEIDA, 2019).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- BONONE, L. M. **Construção de método para pesquisas de Frame Analysis**. Estudos em jornalismo e mídia. Santa Catarina, v.15, n.1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n2p78/33613>. Acesso em: 24/10/18.
- BORGES, R. C. S.; BORGES, R. (Org's.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- BUDÓ, M. D. N. **Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural**. 1. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- CARRANÇA, F.; BORGES, R. S. (Org's.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.
- CHÃ, A. M. J. **Agronegócio e indústria cultural: estratégia das empresas para a construção da hegemonia**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho II (Unesp), São Paulo, 2016.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2015.
- DE AMORIM, L. P.; TÁRREGA, M. C. V. B. **O acesso à terra: a Lei de terras “1850” como obstáculo ao direito territorial quilombola**. *Emblemas*, 2019, 16.1.
- DE MORAES, C. H; FANTE, E. M. **Jornalismo e silenciamento do conflito ambiental no caso da CMPC Celulose Riograndense**. In: 15º Encontro da SBPJor. 2017.
- DIJK, T. A. V. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- FERREIRA, S. R. B. **Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte - ES**. 2009. 526 F. Tese de (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. São Paulo, 2002. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

---

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. 334 p. v. 2.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IRACI, N.; SANEMATSU, M. **Mídia e racismo** – a que é que se destina? In: CARRANÇA, F.; BORGES, R. (Org's.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

Kilomba, G. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MARTINS, A. R. N. “**Imprensa, minorias e análise do discurso**: um espaço de construção da democracia”. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v. 17, n. 2, 2016. p. 26-42. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1244>. Acesso em: 30/10/19.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, O. M. D. **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ROTHBERG, D. **Enquadramento e metodologia crítica de mídia**. In: 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 2007. Aracaju: Intercom, 2007.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3. ed. atual. e ampl. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, R. B. R. Enquadramentos jornalísticos e hegemonia: por uma teoria crítica da produção de sentido noticiosa. In. SOUZA, R. B. R.; CARDOSO, Y. G. (Org's.). **Jornalismo e Crítica de Mídia na Amazônia**. 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2016. 238p.

SHOEMAKER, P.; VOS, T. P. **Teoria do Gatekeeping** - seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso. 2011.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.